Revista Espaço Acadêmico - Nº 125 - outubro de 2011
Mensal - ANO XI - ISSN 1519-6186

resenha

LAZZARINI, S. G. **Capitalismo de laços** – Os donos do Brasil e suas conexões. São Paulo: Campus, 2011.

Capitalismo monopolista dependente-associado de laços no Brasil

Angelita Matos Souza*

A obra *Capitalismo de laços,* de Sérgio Lazzarini, foi bastante comemorada nos meios de comunicação à época do seu lançamento e, de fato, resultado de uma pesquisa que pareceu-nos bastante interessante sobre o "mundo dos negócios" no Brasil pós-reformas dos anos 1990. Não obstante, gostaríamos de tecer breves considerações críticas, levantando algumas dúvidas, sobre o que denominaríamos "capitalismo monopolista dependente-associado e de laços", conforme resumiríamos a interpretação do autor sobre o capitalismo brasileiro neste início de século.

A noção de capitalismo dependente-associado sempre careceu de definições precisas. Maria da Conceição Tavares, por exemplo, afirmou em alguns textos que, ao longo do processo de industrialização no Brasil, nunca houve propriamente associação entre expoentes do capital nacional e capital estrangeiro, sendo mais correto falar em negócios comuns, parcerias ocasionais e divisão de mercados, pois raras foram as fusões/associações entre empresas estrangeiras e nacionais. Na divisão do mercado o capital estrangeiro predominou no setor de duráveis; o capital privado nacional predominou na indústria de bens de consumo leve, no setor da construção civil, indústria cultural/empresas de lazer e turismo, além do setor bancário; o grosso da infra-estrutura ficou com o Estado, sendo a indústria de bens de capital vinculada às encomendas do setor estatal dividida entre o capital nacional e o estrangeiro, com dominância do primeiro.[1]

Inspirados em Tavares, denominaríamos de desenvolvimento capitalista dependente-associado, por exemplo, o capitalismo sul-coreano, com sua geração de grandes grupos nacionais – de automóveis, eletrônicos, eletrodomésticos etc. – nos quais o capital estrangeiro seria sócio importante mas não majoritário. Partindo deste parâmetro, interessa-nos retomar a tese de Sérgio Lazzarini (2011), em *Capitalismo de laços*, sobre a suposta geração de um capitalismo "associado" nos governos FHC:

> (...) uma obra muito citada por teóricos da dependência é, na verdade, precursora da discussão aqui presente sobre capitalismo de laços: O livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, de 1969. Os autores vão além da noção de dependência estrita, pela qual empresas e governantes de países em desenvolvimento se curvam às demandas e agendas dos países industrializados, para propor um contexto de associação interdependente entre capital estrangeiro e nacional. Em vez de ficarem passivos à entrada do capital externo, os atores locais agem estrategicamente para se beneficiar de ligações com empresas estrangeiras. Formam-se alianças, consórcios e emaranhados comerciais entre governo, grupos privados domésticos e multinacionais em torno de projetos empresariais nascentes.
>
> Cerca de 25 anos após a publicação do livro, Fernando Henrique Cardoso iria eleger-se presidente do Brasil e executar esse modelo associativo durante os leilões de privatização. Os já citados consórcios mistos envolvendo grupos domésticos, multinacionais, BNDES e fundos de pensão ilustram bem esse ponto. Fernando Henrique, longe de "esquecer o que escreveu", na realidade ajudou sedimentar o capitalismo de laços no Brasil. E criou as bases para o seu reforço no governo subseqüente (Lula). (Lazzarini, 2011:140)

Embora alinhada à noção de associação de Cardoso e Faletto[2], o autor adverte que sua análise do "capitalismo de laços" no Brasil (a partir dos anos 1990) atribui peso menor ao capital estrangeiro. Fato que seria evidente no setor bancário, marcado por casos de insucesso do capital penetrante nas últimas décadas, devido à forte presença de bancos locais – Banco do Brasil, Itaú, Bradesco –, que dificultaria a entrada de grupos internacionais, especialmente no segmento de varejo. Centralidade dos grupos nacionais na economia local que, segundo o autor, expandiu-se nas privatizações dos anos 1990, com os grandes bancos adquirindo empresas e participações acionárias diversas. Neste cenário, as investidas de grupos estrangeiros – por exemplo, a compra do Real pelo Santander - foram prontamente respondidas localmente – fusão do Itaú e Unibanco que elevou o grupo a 2ª posição no mercado brasileiro, atrás apenas do Banco do Brasil.

Ninguém contestaria a força dos bancos nacionais no sistema financeiro local, herança do regime militar que, nos anos 90, impediu uma desnacionalização expressiva no setor (como se deu, por exemplo, na Argentina). Mas a despeito do processo intenso de concentração no setor financeiro durante o regime militar, o capital bancário não se voltou para as atividades produtivas buscando o controle acionário destas. O mercado de ações permaneceu pouco desenvolvido e o financiamento de longo prazo à produção seguiu dependente das agências estatais. Ou seja, o processo de desenvolvimento capitalista não logrou a conformação de um capital financeiro a partir da fusão entre capital bancário e produtivo segundo o modelo das economias centrais.

Entretanto, a julgar pela análise de Lazzarini (2011), o cenário teria se alterado a partir dos anos 1990, pois naquilo que o autor denomina "capitalismo de laços" seria comum os grandes grupos formados a partir de associações/parcerias envolvendo

capital nacional de bancos públicos e/ou privados, fundos de pensão de estatais e capital estrangeiro na propriedade/gestão de grupos do setor produtivo (num emaranhado "mundo pequeno"). Lazzarini destaca o caso da Vale, que com a privatização passou ao controle de um consórcio de proprietários heterogêneo, sendo seus dois acionistas diretos a BNDESPAR (do BNDES) e a Valepar. Esta última constitui o bloco de controle da companhia, cujos sócios são a Bradespar (do Bradesco, com pequena participação acionaria de um grupo português), a multinacional japonesa Mitsui e duas empresas chamadas Eletron (uma firma de investimentos do banco Opportunity) e Litel (que envolve um grupo de fundos de pensão de estatais, com destaque para Previ, do Banco do Brasil).

Além da complexa associação entre proprietários, o grupo tem investimentos e participações em várias firmas e, diante da dificuldade em mapear todas elas, o autor indica quatro exemplos: Minerações Brasileiras Reunidas (MBR) e Samarco que atuam com minério de ferro (a última em parceria com um grupo australiano); Albrás (indústria de alumínios); MRS Logística (que atua no transporte de minério e outras commodities e reúne CSN, Vale, Usiminas, Gerdau, tendo os dois primeiros com 43,8% e 22,9%, respectivamente do capital total da empresa).

Se acrescentarmos à descrição de Lazzarini o expansionismo da empresa pela América do Sul e alhures, teríamos então um grupo internacionalizado (2º maior produtor mundial de minério de ferro), reunindo capital local, banco público e privado, fundos de pensão de estatais, com participação minoritária do capital estrangeiro (uma empresa "mista" associada?), atuante em várias firmas (diversificado?) e passível de acusações de imperialismo. Enfim o capital monopolista moderno (mais à maneira européia devido à presença estatal via BNDES e fundos de pensão).

Não apostaríamos muito nisto, a empresa Vale pode até ser caracterizada como um grupo nacional de capital misto (público & privado) em associação com o capital estrangeiro (minoritário), porém atua predominantemente no setor primário, com investimentos em logística subordinados ao ramo de atuação principal e pequenas participações em firmas variadas. E não constitui exceção dentre os 20 maiores grupos econômicos no Brasil, todos bastante especializados independentemente do setor de atuação[3], sendo que de nenhum se poderia afirmar "capital financeiro". Agora, a hipótese da desnacionalização da propriedade do grande capital com as privatizações dos anos 1990, a partir dos dados levantados pelo autor, parece mesmo insatisfatória:

> No conjunto das 10 maiores, encontramos apenas uma empresa estrangeira (Telefônica). Esse retrato, embora limitado aos maiores grupos, reforça a nossa conclusão anterior sobre a persistente importância do governo e de alguns grupos locais, a despeito dos eventos de abertura e privatização ocorridos na década de 1990. Com tantos grupos estatais e domésticos de destaque, fica novamente difícil aceitar o argumento de que a economia brasileira teria se "desnacionalizado" e que o Estado teria se enfraquecido após esses eventos de reestruturação. A marcante presença de grupos familiares também confirma analises anteriores ressaltando a importância de famílias locais nas

> redes corporativas brasileiras. (Lazzarini, 2011: 62)

No entanto, a dimensão inconclusa do capitalismo monopolista no Brasil não foi superada com os "eventos de reestruturação", pois as associações/parcerias estudadas por Lazzarini (2011) não devem ser entendidas propriamente como fusão entre capital bancário e capital produtivo rumo à geração do moderno capital financeiro. E ainda que este capitalismo que o autor denomina "de laços" possa ser "associado", pois da sua análise podemos depreender a existência de associações "sólidas" que justificariam a definição, mereceram pouco destaque as alianças "fluídas", parcerias ocasionais abertas por oportunidade de negócios, bastante freqüentes após reformas dos anos 1990. Investigações mais exaustivas sobre a participação do capital estrangeiro nos grandes grupos nacionais são necessárias a fim de se constatar que tipo de "articulação" tem predominado.

De certo, consideramos que o capitalismo brasileiro segue periférico-dependente e, cada vez mais, das exportações de commodities para a China. Acrescentando que é um tanto problemática a noção "de laços" (articulada à idéia de associação) à caracterização das redes de relações entre essas empresas e entre elas e o Estado mais capital estrangeiro, pois não deixa de operar com a idéia de sobrevivência do "patrimonialismo" no Brasil. Com foco nas relações entre os detentores da riqueza e aqueles que exercem poder político, denuncia-se as transferências de recursos públicos para o setor privado segundo critérios patrimoniais (não racionais), num país marcado por práticas "atrasadas" que precisam ser superadas. Quando é bem mais do que isso o que precisa ser superado, pois por toda parte o mito da separação entre poder político e poder econômico nunca foi tão questionável pelo "entrosamento" entre elites políticas (incluindo a alta burocracia de carreira) e os detentores da riqueza privada.

Também muito se tem falado da participação dos fundos de pensão como acionistas de empresas privatizadas, a fim de denunciar a ingerência estatal por meio destes atores, ou devido à estranheza que a transformação de fundos de pensão em acionistas provoca – com suposta cooptação pelo mercado de representantes das entidades dos trabalhadores. Todavia, dos males o menor, a participação dos fundos de pensão como acionistas de empresas privatizadas constitui um canal de controle/pressão de governos sobre essas empresas que pode servir aos interesses estratégicos (de desenvolvimento) e à manutenção da propriedade em mãos nacionais.

Ademais, a "classe dominante" deve ser definida a partir da condição comum de proprietários dos meios de produção e da riqueza. Assim como não é possível definir como "classe dominante" os altos executivos das grandes corporações mundiais – investidores em ações da empresa –, o mesmo dá-se com os gestores destes fundos. Uma diferença básica e esclarecedora, tantos altos funcionários de empresas privadas como gestores de fundos públicos podem ser destituídos das suas posições de comando, deslocados de suas posições "proprietárias", enquanto só a revolução depõe a classe dominante (quer dizer, não existe capitalismo sem capital, que pode ser estatal, como na China). Por certo que, do ponto de vista da atuação política, são forças que pela concepção de mundo/estilo de vida

podem ser denominadas "burguesas", mas isso não faz delas uma classe/fração de classe dominante.[4]

Finalmente, o capitalismo é "de laços" e ainda que traços específicos possam ser identificados na análise dos casos empíricos - que devem ser estudados e denunciados - a patente não é nacional, nem a "racionalidade" um patamar que o Brasil ainda vai alcançar. Efetivamente, o que parece tão brasileiro é um fenômeno mundial e, cada vez mais, intrínseco ao modo de funcionamento do capitalismo à era da globalização financeira. Breves considerações que não devem reduzir o interesse pela obra, cuja leitura é instigante e mesmo prazerosa (embora triste).

---

* **ANGELITA MATOS SOUZA** é Doutora em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas e professora junto ao DEPLAN da UNESP de Rio Claro /SP.

[1] Ver, por exemplo, Maria da Conceição Tavares. Brasil: estratégias de conglomeração. In: José Luís Fiori (org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999.

[2] Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

[3] O autor assim os classificou: 1) estatais (Petrobras, Banco do Brasil, Caixa, Eletrobras); 2) privados familiares (Itaú, Gerdau, Odebrecht, Votorantin, JBS-Friboi, Ultra); 3) privados amplos (Vale, Bradesco, Oi); 4) estrangeiros (Fiat, Santander, Bunge, Volkswagen, Shell Brasil); 5) a AmBev, um grupo privado doméstico/estrangeiro. Ver tabela dos grupos por ramo de atividades e suas controladoras (p. 61-62).

[4] O papel político dos gestores destes fundos, pós-privatizações, precisa ser estudado mais profundamente – na sua condição de investidor e "intermediário" (entre mercado e governo). A atuação "conservadora" ou "progressista" dependerá dos rumos da luta política em conjunturas concretas, sendo qualquer caracterização de "classe" aos gestores destes fundos, no mínimo, exagerada.